



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA E COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA,  
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

**PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO E SOUZA SANTOS**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2017

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Presentes os Vereadores Soninha Francine, Dalton Silvano, Paulo Frange, Souza Santos, Antonio Donato e eu, Mario Covas Neto, na presidência, declaro abertos os trabalhos da Audiência Pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Essa audiência tem por objetivo expor e debater o seguinte projeto lei: PL nº 582/2017 do Executivo que autoriza a alienação da participação societária detida pelo Município de São Paulo na São Paulo Turismo S.A., nas condições que especifica; altera a lei 4.236 de 26 de junho de 1952.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) no link Auditorios On Line.

Foram convidados a participar dessa audiência e já se encontram aqui na Mesa, o Sr. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias; Sr. Claudio Costa, Secretário Adjunto de Gestão; Sr. Davi Barione, Presidente da São Paulo Turismo. Todos estão na Mesa.

Nós faremos a audiência da seguinte forma: inicialmente, os convidados farão uma apresentação e, posteriormente, abriremos as inscrições para aqueles que queiram participar com indagações, perguntas, questionamentos, enfim. Faremos isso: aqui, do lado esquerdo da mesa, está nossa secretaria, todos aqueles que quiserem se manifestar, por favor, terão direito a três minutos cada um dos interessados.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Pois não, Vereador.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Presidente Mario Covas, como havíamos combinado e falado anteriormente, a audiência pública que se refere ao PL 582/2017 de autoria do Executivo tem a participação da CCJ e também da Comissão de Política Urbana, Metropolitana.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Sim, perfeito.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Assim podemos, então, dar lisura às questões aqui colocadas.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** - Eu cheguei a fazer esse anúncio, Vereador, talvez tenha despercebido por V.Exa., mas eu anunciei que é uma reunião conjunta. E, aliás, daqui a pouco, teremos uma reunião extraordinária da CCJ e eu já vou adiantando que, nesse momento, eu pediria que V.Exa. assumisse a condução da audiência até que termine e possamos retornar.

Voltando à explicação: as pessoas que quiserem se manifestar, por favor, façam a inscrição aqui do meu lado esquerdo, que é o direito de vocês, e cada um terá direito a falar por três minutos. E os Vereadores que queiram se manifestar, por favor, eu peço que façam suas inscrições e que, assim, vamos alterando portanto as falas dos Vereadores e dos convidados.

Então dando prosseguimento, passo a palavra, inicialmente, ao Secretário Wilson Poit que fará a abertura da nossa audiência.

**O SR. WILSON POIT** – Obrigado Vereador, bom dia a todos. Prazer estar aqui em mais uma audiência pública. Hoje para o PL 582/2017 de alienação da SP Turis e do complexo Anhembi.

Cumprimento o Vereadore Mario Covas Neto, na presidência, a Vereadora Soninha Francine, os Vereadores Dalton Silvano, Paulo Frange, Antonio Donato e Souza Santos, meus colegas, meus colegas Claudio Costa e Davi Barione, Presidente da SP Turis e todos os colegas presentes.

Gostaria de fazer uma breve apresentação. São 5 slides só, fazendo uma introdução ao assunto e, em seguida, passarei a palavra ao Davi Barione e abriremos para manifestação dos Srs. Vereadores e também dos senhores presentes, sempre com o objetivo de ouvirmos sugestões e anotarmos todas elas na construção de um projeto de lei sempre

melhorado por esta Casa, como tem acontecido em todas as audiências e nas leis que já aprovamos aqui no Município.

Antes de começar a apresentação, queria pedir se pode até reduzir a luz aqui na frente, para ficar mais fácil para todos. Sempre lembrando que esse projeto de desestatização do Prefeito João Doria teve uma primeira lei aprovada nesta Casa no mês do maio, que norteia todos os nossos trabalhos, criando o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, para onde todos os recursos que nós conseguirmos com as privatizações, com as outorgas, com as desonerações, fique garantido que tudo isso será gasto e será um dinheiro carimbado, um fundo contábil, para investimento naquilo que é essencial para a população, principalmente a mais humilde de nossa cidade: Educação, Saúde, Habitação, Segurança, Assistência Social.

Estamos falando de um projeto que reduz o tamanho do Governo para que ele possa focar no que realmente é essencial e que a iniciativa privada possa fazer os investimentos, como é o caso do Anhembi, os investimentos necessários na melhora e que são grandes para reverter esse ciclo de decadência e de deterioração, por exemplo, do complexo Anhembi que vem já há uns 20 anos nessa vertente, principalmente com a concorrência agora da iniciativa privada. A presença de diversos outros espaços semelhantes na Cidade fica muito difícil para o setor público atuar como empresário, competir com a iniciativa privada sem a mesma velocidade, sem a mesma agilidade, sem a mesma presença no mercado.

Então a ideia do Governo é priorizar o que é essencial e buscar apoio da iniciativa privada para modernizarmos São Paulo. E, no caso da SP Turis e do complexo do Anhembi, investirmos no desenvolvimento. É um programa que vai, sim, criar empregos, criar empregos melhores, fazer com que São Paulo realmente siga o caminho da sua vocação de uma cidade de turismo de negócios, com ambientes modernos, com ambientes que possam ser competitivos, não só dentro de São Paulo, mas que possam trazer para São Paulo eventos que, eventualmente hoje nem venhmas para nossa cidade, mas vão para outros países, outros continentes, até pela falta de capacidade, às vezes, de hotelaria, ou de abrigo de grandes

eventos, ou de grandes convenções, como é o caso hoje, que existe um déficit nessa área em São Paulo.

- Apresentação de audiovisual.

**O SR. WILSON POIT** - Tenho uma apresentação rápida, de vídeo, para essa audiência pública. Por favor, o primeiro slide, onde nós resumimos o que aconteceu com o balanço da SP Turis no ano passado. Infelizmente, esse ano, devemos caminhar para algo pior, de um prejuízo para a Cidade, quase da ordem de R\$ 70 milhões.

Essa perda significativa acontece principalmente pela concorrência com o setor privado, pela necessidade de se implementar muitos investimentos, vejo aqui muitos presentes meus colegas de trabalho durante um ano e meio em que fui Presidente da SP Turis, muitos investimentos necessários, e levar à Prefeitura a focar a sua energia e os seus recursos naquilo que é uma atividade essencial. Esse projeto de lei trata da venda da participação da Prefeitura, que hoje é da ordem aproximada de 96% - lembrem que todo os meses, agora, a Prefeitura está tendo que fazer... A Secretaria da Fazenda, todo mês, está tendo que fazer aporte de capital para conseguir pagar os salários e as despesas. Isso vai diluindo os minoritários e aumentando um pouquinho mais a participação da Prefeitura. Por isso que eu digo que é da ordem de 96% a participação acionária. Então se trata de uma empresa em que nós somos sócios majoritários, e podemos vender esse conjunto de ações em bloco – por exemplo, no leilão da bolsa de valores, a partir de uma avaliação que será feita pela assessoria a ser contratada, e será pelo valor num leilão na bolsa, com a maior transparência, com a presença dos senhores da cidade, da mídia e dos próprios Vereadores aqui presentes.

O segundo *slide* mostra a estrutura da operação.

É bastante importante situar aos Srs. Vereadores aqui presentes, por favor, e também aos senhores da plateia, qual é a estrutura da operação que nós estamos tratando. Nós optamos por, ao invés de vendermos os imóveis, vendermos um pavilhão ou vendermos um terreno, nós vamos vender o controle acionário de uma empresa, a SPTuris, então ela é a

proprietária dos imóveis.

Nós estamos no primeiro quadrado do lado esquerdo. Esse daí é a estruturação. Então, nesse momento, estamos trabalhando com regularização fundiária – não é segredo para ninguém a falta de documentos, a falta de uma série de acordos, inclusive, com outras empresas públicas, como é o caso da CET; a elaboração do projeto de lei, que está aqui hoje nesta Casa; a licitação de uma assessoria – precisamos contratar uma assessoria para auxiliar na avaliação, e só depois de contratarmos e termos a lei aprovada é que poderemos avaliar o imóvel e seguir para os próximos passos. Essa licitação está em licitação, o Tribunal de Contas pediu algumas explicações. Estive lá por várias horas anteontem, estamos entregando essas respostas, para que possamos seguir nesse pregão.

Também uma das questões que estamos nesse momento tratando aqui na casa é a aprovação do PL pela Câmara Municipal de São Paulo. Sem isso, não prosseguiremos. Nós ————— Que fique bem claro: não assinaremos nem o contrato com a assessoria que vier a ganhar o pregão; só será assinado após a aprovação de lei e a determinação de todos os parâmetros dessa lei aqui pela Casa.

Também serão realizadas audiências públicas. Essa é a primeira, mas, certamente, como já estive outras 21 vezes aqui nesta Casa nas últimas semanas, estarei aqui todas as vezes que forem necessárias, junto com o presidente David Barioni, com os Vereadores, para ouvirmos sugestões.

Após esse primeiro bloco, do lado esquerdo, passaremos para as fases 1 e 2.

Fase 1: assinar o contrato com uma empresa de assessoria, que será contratada através de pregão eletrônico. E ao contrário até do que a mídia andou dizendo, e algumas notícias desencontradas de que seria uma consultoria apenas para avaliação, não é. Ela tem que fazer a avaliação – e é mais de uma, e avaliação por diversas empresas do setor privado – e a *due diligence*, que é um termo muito utilizado no setor privado, que é uma auditoria. A SPTuris já é uma empresa que está presente na Bolsa de Valores, já tem auditoria, já se

reporta à CVM, mas é necessário, por ocasião de um processo como esse, de contratar uma empresa em que o líder do consórcio, o ganhador dessas Fases 1 e 2, vai fazer uma auditoria operacional, auditoria contábil, passivos trabalhistas, diversos passivos da empresa, contas a receber, funcionários que estão lá trabalhando. Tudo isso tem que ficar claro antes da licitação. E também uma *due diligence* jurídica. Após a conclusão dessa primeira fase, passa pelo CMDP – Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias –, formado por diversos secretários, também constituídos por uma lei aqui nesta Câmara Municipal.

Cumprimento o Vereador Goulart, o Vereador Police Neto, todos os que estão chegando. É um prazer recebê-los.

Após toda essa Fase 1, e a aprovação do Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias, aí, sim, se passa para a Fase 2, que é uma fase de consulta pública, de busca de investidores, e, finalmente, de um leilão na bolsa de valores.

O pregão que recentemente nós colocamos no mercado, e que nesse momento estamos discutindo e respondendo às dúvidas do TCM, se refere à contratação de um consórcio de assessoria para as Fases 1 e 2. É um bloco. Vai ser um pregão eletrônico, e quem vai ganhar é a empresa que tiver capacidade técnica suficiente para fazer um trabalho dessa monta, para uma empresa desse tamanho, e na bolsa de valores, e pago, grande parte, 70% do valor, pago no sucesso, apenas se o negócio realmente acontecer. A Fase 1 vai representar 30% de um valor que ainda não sabemos, que vai ser um pregão eletrônico, e sempre para o menor preço. E a Fase 2, 70% serão pagos apenas no dia em que houver a efetiva venda da SPTuris.

Existe uma discussão jurídica se se separa da Fase 1 da Fase 2, o que vai fazer atrasar o processo. Estamos conversando isso com o Tribunal de Contas. Mas que fique bem claro que o pregão que lançamos é para as duas fases, para um estudo completo do potencial da SPTuris.

O próximo *slide*: do que trata o projeto de lei 582.

Estamos tratando realmente de uma autorização, pedindo a esta Casa, como manda a Lei Orgânica do Municipal, autorização para vender a participação societária detida pelo Município de São Paulo na SP Turismo S.A. Também que essa venda, está bem claro na lei, deverá ser precedida de estudos técnicos operacionais, avaliações, estudos econômicos, jurídicos, tudo isso antes de partirmos para o processo de venda. E nessa lei tem algumas condições de uso do espaço para a realização de eventos culturais e religiosos, definidos e que constam na lei, e que para isso estamos pedindo a aprovação. E vamos ouvir as sugestões que os senhores tiverem a dar nesta audiência.

O próximo *slide* mostra uma vista aérea do Complexo do Anhembi, da SPTuris. Ali, do lado esquerdo, onde está o sambódromo. Estamos falando da Quadra 283 na escritura. E, do lado direito, onde temos o Elis Regina, o Palácio de Convenções, também de exposições, temos ali a Quadra 284.

Sempre lembrando, e já me antecipando aqui, até porque eu assisti ao último debate de aprovação da lei, e tenho visto também o nobre Vereador Antonio Donato pôde se manifestar, ontem, através da imprensa, tenho o maior por sua capacidade, e concordo com tudo que falou, inclusive. Mas gostaria de lembrar e esclarecer algumas coisas que nós, com o mandato do Prefeito João Doria, estamos aí para maximizar o valor do Anhembi, e jamais faremos um negócio sem que estejamos no ponto das melhores condições.

Eu aproveito aqui...

**O SR. PAULO FRANGE** – Wilson, me permite um minutinho? Vou só mostrar com o dedo.

Esse quadradinho é da Prefeitura Municipal de São Paulo, não é da São Paulo Urbanismo, e estou exatamente em cima do “maximizar”. Não seria interessante estender essa área para quem a gente pudesse ampliar o valor? Porque essa área tem, como futuro, ser invadida, etc., etc. Essa área não é pequena, é extremamente bem localizada e, inclusive, com vias de acesso. Em 2015, esse assunto foi tratado desenhando ali no quadradinho em azul do

mapa para que a gente pudesse, um dia, incorporar ao Anhembi.

Obrigado.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Obrigado, Vereador. A gente está disposto a ouvir. Contribuição é sempre interessante. O que está na escritura da SPTuris hoje é a área hachurada.

Eu gostaria até de tomar a liberdade de aproveitar esse momento para dizer que o que está do lado direito daquela rua que divide, a quadra 284, não está tombada, o que existe é um processo de tombamento aberto anos atrás, por diversos motivos, quando o zoneamento da Cidade ainda era uma ZEPEC, uma área com interesses culturais. Mas isso foi modificado no zoneamento aprovado em 2016 para uma ZOE e está em análise apenas no Conpresp, porque não é um tombamento, é apenas um processo, que inclusive caducará em março de 2018.

Então, nenhum negócio será feito pela Prefeitura de São Paulo, será autorizado por esta Casa, pela Secretaria de Desestatização e pelo Prefeito João Doria antes de uma decisão do Conpresp. Esperamos que seja uma decisão pelo não tombamento. Acreditamos que o valor comercial dessa área seja muito grande, porém respeitaremos a decisão. E não haverá licitação antes da decisão do Conpresp.

Estamos adiantando o expediente aqui, precisamos de uma autorização desta Casa, mas está escrito em todos os lugares que essa área está em processo de tombamento; e nós estamos aguardando os resultados, porque com a mudança de zoneamento um dos pontos é esse. Que fique bem claro que nenhum negócio irá avançar antes da decisão do Conpresp, que deve acontecer antes de março de 2018.

Outro ponto é quanto a PIU. Com a mudança de zoneamento, virou uma ZOE; e, para vender, há necessidade de um projeto de intervenção urbanística, que já foi incluso na lei, com a colaboração de Vereadores, da Secretária Eloísa. O que não faremos é um PIU antes que haja o leilão da SPTuris.

Hoje, a avaliação que será feita desse imóvel já é pelo máximo potencial construtivo permitido na lei, pois já existe uma reserva de potencial para essa área da ordem de 1 milhão de m<sup>2</sup> na lei de 2016. Em cima disso, faremos a avaliação.

Quando se faz um PIU, não vai aumentar nunca o volume dessa área, mas ele poderia restringir. Se fizermos um PIU, por exemplo, destinado a hotelaria, nós afastamos os demais compradores; se fizermos um PIU voltado exclusivamente a uma área de eventos, e não com hotel em conjunto, também poderemos afastar compradores. Então, vamos esperar a regularização.

Que esta Casa possa trazer sugestões, porque a lei de 2016, os senhores sabem mais do que eu, reserva um potencial construtivo enorme para a SPTuris, que não será aumentado pelo PIU; mas, conforme o comprador, conforme aquele vencedor do leilão, poderá fazer um PIU juntamente com a Secretaria Municipal de Urbanismo, adequando, porque não sabemos o destino que será dado à área, principalmente do lado direito do complexo do Anhembi.

Portanto, fico aberto a sugestões, mas sobre o processo de tombamento e a questão de PIU, estão todos em nosso radar e estamos abertos a contribuições.

Por último, essa é uma área destinada ao progresso de São Paulo, já foi ícone do Brasil e, por ali, já se vendeu boa parte do PIB do País, já teve muita importância, mas o setor de turismo e de negócios é importante para São Paulo. Acreditamos que o setor privado possa gerar milhares de empregos naquela região, pois conhecemos lugares no mundo onde há *resorts* integrados com áreas de convenções, hotelarias, *shopping centers*.

Estamos falando de uma área nobre, num endereço nobre, esquina da Marginal, a 900 metros de uma estação de metrô, com um potencial construtivo muito grande, um potencial de gerar muitos empregos e desenvolvimento da Cidade. É só uma real oportunidade de que esse espaço pare de andar de lado, sendo próximo do Aeroporto de Guarulhos. Temos pesquisas que indicam que muitos interessados podem comparecer nesse leilão e, por isso,

pedimos a aprovação desta Casa, com todo respeito à observação dos Srs. Vereadores e dos senhores presentes.

Agradeço inicialmente, estaremos até às 13h ouvindo contribuições dos Srs. Vereadores e dos senhores presentes, no sentido de melhorarmos ainda mais e aprovarmos a lei.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado, Secretário. Anuncio a presença dos Srs. Vereadores Rodrigo Goulart, Rute Costa, Janaína Lima e Adriana Ramalho e José Police Neto.

Tem a palavra o Sr. Davi Barione.

**O SR. DAVI BARIONE** – Senhoras e senhores, bom dia. Gostaria de cumprimentar o Presidente Mario Covas Neto, em nome do qual cumprimento todos os Vereadores presentes; também o Secretário Wilson Poit, na pessoa do qual saúdo todos os membros do Poder Executivo Municipal. Saúdo também os colegas que representam os funcionários da SPTuris.

O Secretário Poit foi muito feliz na sua apresentação, que foi bastante completa. Apenas quero ressaltar sobre o plano do Prefeito João Doria de efetuar a desestatização, a privatização, dos ativos onde o poder privado tem mais rapidez e mais agilidade para poder fazer a gestão.

Como o Secretário Poit falou muito bem, o potencial daquela área é enorme para que se possam fazer investimentos e, a partir dali, gerar riqueza, gerar milhares de empregos, o que seria muito bom também para os atuais funcionários da SPTuris, que poderiam ser mantidos caso seja o planejamento de quem comprar esse novo empreendimento.

Portanto, que sejamos muito felizes nesta audiência, para que possamos contemplar o melhor para a Cidade, para o eventual comprador e para os funcionários também. Estamos aqui para isso, contem com a nossa boa vontade. Estamos à disposição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato.

Inicialmente, tem a palavra o Vereador Antonio Donato.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Bom dia a todos e a todas. Vou cumprimentar todos os Vereadores presentes na figura do Vereador Mario Covas Neto, nosso Presidente nesta audiência e todos os presentes, na pessoa do Secretário Wilson Poit.

Quero ser bastante objetivo e vou fazer perguntas e espero que elas sejam respondidas objetivamente. A SPTuris perdeu receita principalmente devido às deficiências do seu pavilhão de exposições. O Secretário Wilson Poit teve, e por isso faço a pergunta a ele, porque também participou da gestão passada e foi Secretário e Presidente da SPTuris, quando foi assinado um convênio com o Governo Federal de 60 milhões de reais para reformar o pavilhão, modernizá-lo. Por que essa reforma não foi feita? A primeira questão, pois se a gente perdeu feiras é porque não foi reformado, mas tinha o dinheiro e ainda tem, dos 60 foram gastos seis em pequenas reformas, mas não numa reforma estrutural e um dinheiro de Governo Federal, não é um dinheiro municipal. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão é que o Secretário como Presidente da SPTuris e da SP Negócios na gestão passada liderou o processo na formatação de uma concessão do Anhembi. Por que o Secretário mudou de ideia para em vez de concessão, privatização? Quais as razões?

Terceira questão: o Secretário disse aqui que não pode abrir a licitação de avaliação antes da lei. Não é verdade, tanto que o senhor abriu, é que o TCM barrou a licitação, mas ela foi aberta antes da aprovação da lei. E o TCM colocou algumas questões além da nossa representação feita por mim, pelos Vereadores Tuma, David Soares e Isac Felix, que tratava de uma questão de competitividade apenas. Mas, o TCM acrescentou questões que também estão presentes no nosso debate. Como avaliar um ativo que se trata

mais de um grande imobiliário do que discutir isso ou discutir em seguida de uma nova empresa de eventos, se metade da área está em processo de tombamento? Como é que se avalia isso? Então, não tem sentido avaliar antes de se concluir o processo de tombamento e não tem sentido aprovar a lei antes de se concluir o processo de tombamento. Da mesma forma, o Secretário falou que vai utilizar os parâmetros máximos do PIU, mas de toda maneira, o PIU tem de ser feito, porque é uma zona de ocupação especial e precisa de um Plano de Intervenção Urbana. Isso afeta o valor do ativo, então se se contratar antes dessa conclusão, você estará provavelmente jogando dinheiro fora, porque não vai poder fazer a avaliação real.

E vamos chamar as coisas pelo nome que elas têm. Na lei e no substitutivo aprovado aqui em primeira votação não tem nenhuma garantia de que iremos continuar com uma empresa de eventos, ainda que privada. Ter uma garantia de que vai manter o Sambódromo, mais nada. Porque nós estamos falando de venda de ação, não vai ter edital dizendo "é assim, assado", vai na Bolsa e vende a ação. Vendeu a ação, o privado comprou, a empresa é dele. Ele faz uma assembleia de acionista e muda o objeto da empresa. Se quiser fazer uma empresa de empreendimento imobiliário ele faz e não precisa manter pavilhão, exposição, não precisa nada disso.

Então, vamos chamar as coisas pelo nome que elas têm. Não estou fazendo nenhum juízo de valor, mas o que está aqui é um grande projeto de empreendimento imobiliário. Não tem nenhuma preocupação com turismo de eventos, de negócios, de pavilhão, de modernização de pavilhão, porque isso não está escrito na lei e quando vender as ações o privado é privado. Passa a ser regido pelo direito privado e não pelo direito público de uma empresa de economia mista. Então, não vamos vender a ideia, porque vender estão querendo vender, mas não vão vender a ideia e fazer outra. Então, queria deixar claro isso aqui, não tem nenhuma garantia de que vai ser mantida a empresa como uma empresa de feiras, exposições e eventos.

Por último, tem a questão do Autódromo que eu gostaria de um esclarecimento, aí

é ignorância minha mesmo. O Autódromo de Interlagos hoje faz parte, é administrado pelo SPTuris, gera receita e gera custos. Ele vai ser vendido junto com a empresa?

E por último, só uma consideração, o Secretário nas outras audiências tem feito uma fala muito diferenciando concessão de privatização, no que ele está correto. Mas, aqui não se trata de concessão. Os argumentos dele são como se fosse uma concessão, porque vai se modernizar, o privado vai fazer mais ou menos o que a gente quer. Não é verdade, se trata de privatização. Vendeu, acabou, já era, não é mais do Município, quem manda é o privado. Então, vamos falar com clareza isso, Secretário. São essas as perguntas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado, Vereador. A primeira pessoa inscrita é o Sr. José Cordeiro, que é da SPTuris.

**O SR. JOSÉ CORDEIRO** – Bom dia a todos, eu sou o José Cordeiro, trabalho na comunicação da São Paulo Turismo e vou falar em nome de alguns colegas que estão aqui e outros colegas que não puderam vir porque estão trabalhando pela Prefeitura de São Paulo.

O que pedimos aos Vereadores é um olhar atento para o nosso emprego, um emprego que vai deixar de existir quando essa empresa for privatizada. Porque a São Paulo Turismo faz eventos e cuida do turismo na Cidade. São atividades que a empresa privada não vai poder executar da mesma forma, porque somos uma empresa de economia mista, que pode fazer um evento na periferia com muita rapidez. Eu lembro até de um que vai acontecer amanhã, Vereador Mario Covas, que fica na Vila Natal, quase perto de Parelheiros. É um lugar distante em que as pessoas precisam de uma ação social, cultural e uma ação que é aplicada geralmente aqui pelos Srs. Vereadores.

Além desse evento e de turismo, há pessoas que trabalham no pavilhão, na operação. São funcionários administrativos e que provavelmente não vão ficar na nova empresa, porque talvez ela nem use o pavilhão. Não há garantia disso. Então, o que pedimos é um olhar atento para que esse projeto de lei, que está sendo votado tenha uma emenda que favoreça os empregados com a transferência para as outras empresas do Município.

Também queria fazer um alerta aos Srs. Vereadores, inclusive, ouvi a fala do Vereador Aurélio Nomura na última sessão, em que ele fala do prejuízo de 68 milhões. Desse prejuízo, 57 milhões fazem parte de uma ação de Carnaval. Nessa ação a SPTrans está cobrando o transporte de foliões e de escolas de samba desde a época da Avenida Tiradentes, daquela montagem tubular que existia. Essa ação já está extinta.

Eu queria lembrar ao Vereador José Police Neto que o Prefeito Kassab uma vez, no Sambódromo, nos falou disso. Disse que a Prefeitura iria assumir esse ônus e a São Paulo Turismo não teria nenhum problema quanto a isso. Mas, vejo que agora em agosto esse valor voltou e entrou no balanço. Quem olha um balanço de 68 milhões acha que a culpa é nossa, de funcionários. Isso não é verdade, faz parte dessa ação de transporte de escolas de samba.

Por fim, queria agradecer a presença de todos que puderam vir, alguns estão empenhados no sucesso de um evento que acontecerá mais tarde ou então empenhado em outras ações. Gostaria que todos tivessem um planejamento para o futuro e conclamar os Srs. Vereadores a nos ajudarem nessa causa.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado. Sr. Antônio Cavalcanti, também da SPTuris.

**O SR. ANTÔNIO CAVALCANTI** – Bom dia. Gostaria parabenizar os funcionários da São Paulo Turismo, compareceram aqui em número bem satisfatório; agradecer também ao Presidente Mario Covas Neto. Gostaria de fazer duas perguntas para o Secretário Wilson Poit.

Antes, porém, gostaria de fazer dois apontamentos na fala do Vereador Aurélio Nomura no dia da apresentação do Projeto 582, na quarta-feira, no dia da votação, quando ele enfatizou de forma depreciativa a situação da São Paulo Turismo, enfatizando que ali servia somente para cabide de empregos no decorrer de quase 30 anos. Gostaria de lembrar aos senhores que cabide de empregos sustentado por esta Casa, não a sociedade paulistana que tem pedido que se coloque funcionário a ou b comissionado naquela empresa. Hoje nos

encontramos nessa situação por falta de zelo, por falta de cuidado, de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo. Por isso que nós chegamos nesse momento vil e triste de quem carregou aquela empresa por 20, 30, quase 40 anos.

Eu tenho enfatizado todos os dias, com quem conversa comigo, que sou contra a privatização; não tenho negado isso à diretoria executiva da empresa, porque tenho certeza, pelo que a gente tem ouvido falar na mídia, nas redes sociais. O Prefeito tem uma estimativa de arrecadar 1,5 bilhão de reais naquela área. Ora nós temos uma área de 400.000m<sup>2</sup> na zona Norte de São Paulo, onde o metro quadrado custa oito mil reais. Então nós teríamos um orçamento, uma receita entre 3,2 bilhões de reais. Então será que esse valor vai ser aplicado como venda na São Paulo Turismo. Então eu discordo por conta disso, porque cada dia eles depreciam mais o valor dessa empresa.

A primeira vez que o Prefeito foi na televisão, no *SPTV*, ele falou de aproximadamente cinco bilhões de reais; depois isso foi caindo para 3,5 bilhões, hoje está em 1,5 bilhão e essa estimativa pode chegar a 600 milhões de reais. Então essa é minha pergunta: se vai acontecer isso?

Nós queremos saber também quem vai custear as despesas da empresa que suceder a São Paulo Turismo com 75 dias disponibilizados para o Carnaval, para eventos religiosos. Quem vai custear o prejuízo dessas empresas durante esse período? Porque só quem pode fazer um negócio desses... É um negócio de pai para filho, acredito eu. Então eu acredito que só quem pode fazer isso é se o vendedor possa ser o próprio comprador. Fora disso, acredito que seja impossível.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado, Sr. Antônio.

Antes de passar ao Wilson Poit para as respostas, quero anunciar a presença do Vereador Aurélio Nomura.

Tem a palavra, então, o Secretário Wilson Poit.

**O SR. WILSON POIT** – Obrigado. Rapidamente, Vereador Donato, respondendo cada uma das suas questões, inclusive ficando à disposição depois para falarmos mais sobre isso.

Quanto ao PAC, é de conhecimento público e desta Casa que realmente teve esse convênio com o Governo Federal, mas, como o senhor mesmo disse aqui, pouco desse recurso chegou até lá; o restante nunca chegou, e não foi por falta de tramitações. Houve problemas de falta de documentação. Todo mundo sabe aqui que o Anhembi tem até hoje alguns problemas; até para vender, para fazer a privatização agora, nós estamos cuidando de documentos. Houve uma série de dificuldades ou mesmo de atraso por causa do Governo Federal e apenas uma pequena parte desses recursos chegou. O restante nós não pretendemos, neste momento, utilizar no Anhembi por conta da nova diretriz do Prefeito.

**O SR. ANTONIO DONATO** – O senhor permite só uma precisão?

**O SR. WILSON POIT** – Só terminar, Vereador, e fico à vontade para a gente continuar conversando.

O senhor disse que no governo anterior, realmente – inclusive eu tive honra de ser seu companheiro no governo anterior, quando fui presidente da SPTuris com muita honra também, em que pude fazer muitos amigos e conhecer tanta gente de valor, tanta gente que trabalha lá há tantos anos e continua lá, sou testemunha disso -, a ideia era de uma concessão, de uma PPP, na verdade.

Por que mudou para privatização? É uma plataforma de governo. O Prefeito João Doria, desde o início de sua campanha, disse que, vencendo as eleições, faria um amplo programa de desestatização, entre elas a privatização. São muitas concessões e realmente a privatização do Anhembi e de Interlagos e de um conjunto de imóveis. Então não fui eu que mudei de ideia, mas recebi um convite para conduzir um projeto, que inclusive acho que tem muito mais razão do que continuar investindo lá, de privatização. É uma questão de mudança de diretriz do Prefeito.

O senhor disse quanto à contratação da avaliação, que eu disse que não posso contratar antes da aprovação da lei, mas que já estou fazendo. Com todo o respeito, o que nós estamos fazendo é abrir – podemos, sim, de acordo com a lei -, abrir o processo de licitação. Mas eu deixei bem claro aqui, logo nos *slides* anteriores, que não poderemos contratar a empresa de assessoria que fará a avaliação antes da aprovação de lei por esta Casa. Eu osso conduzir o processo, e todo mundo está vendo, é um processo demorado, depende de uma série de esclarecimentos, mas nós não assinaremos. Eu deixei bem claro aqui no *slide* e está escrito lá no edital que convocou as empresas: a avaliação só poderá ser contratada após a aprovação de lei por esta Casa. Eu conduzo o processo, mas não assino o contrato.

O processo de tombamento, quando o senhor falou que está num processo de tombamento e que depende de aprovação dessa lei e a finalização do processo no Conpresp, e só a partir disso é que faremos a avaliação. Ninguém quer fazer a menor avaliação do mercado, ninguém fará de repente a privatização do Anhembi com o processo de tombamento em andamento. A ideia é que esse processo esteja concluído. Se for de bom termo, inclusive com a liberação do espaço, se for de tombamento realmente tem outro valor.

Quanto à lei, não tem garantia do futuro e do que vai ser feito lá, é verdade. A lei que está aqui é uma lei de privatização. Os vereadores podem apresentar emendas, ela está aqui para isso. Mas eu tenho sido muito claro todas as vezes que venho aqui em definir o que é privatização, o que é concessão e o que é PPP. O Anhembi se trata de uma privatização, é uma venda do espaço.

Então, com exceção do Sambódromo, que a proposta da lei é se manter a gravação na escritura de que será mantido, o restante do espaço, se estiver liberado, poderá ser construído lá o que o novo proprietário bem entender. A vocação do lugar e a vocação do espaço, inclusive os senhores podem adicionar a essa lei o que for necessário para isso, é uma vocação de turismo de negócios, de exposição, de proximidade e é uma tradição de um ponto de negócios de muitos e muitos anos.

Quanto ao Autódromo, esclareço também ao Vereador que ele hoje tem apenas a gestão da SPTuris. A resposta é: não, não será vendido junto. É objeto de um outro projeto de lei, que ainda nesse próximo mês traremos a essa Casa. Durante a transição, assim que estivermos já no processo de licitação da São Paulo-Turis S.A. a gestão da outorga passa para a nova Secretaria de Turismo que poderá ser criada, ou por outra Secretaria da Prefeitura como já era no passado. Aproveito também das sugestões de perguntas do José Cordeiro, meu amigo, e do Sr. Antônio de que eventos realizados através de emendas de Vereadores e eventos que a São Paulo-Turis realiza por toda a cidade não estão inclusos na venda e continuarão a serem feitos, já está na lei.

Uma nova empresa que será criada de turismo, ou a Secretaria de Turismo ou novo órgão enxuto e menor e totalmente focado no turismo e eventos vai realizar através do pagamento com emendas dos Srs. Vereadores, os eventos religiosos, culturais e artísticos que demandam tanto a São Paulo-Turis hoje serão conduzidos por outra empresa. Isso já está claro na lei. Um dos artigos da lei foi esclarecido aqui nesta Casa.

**O SR. ANTONIO DONATO** – O convênio do PAC é na modalidade que você, primeiro a Prefeitura desembolsa o valor e é ressarcida. Se ela não desembolsa é evidente que o dinheiro não vai vir, tanto que já vieram seis milhões, mas como não se desenvolveu um projeto de reforma do pavilhão evidente que não virá o dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Bem, senhores, eu quero agora passar a Presidência para o Vereador Souza Santos, que é Presidente da Comissão de Política Urbana porque teremos uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça que não deve demorar muito tempo e em seguida a gente retorna para cá. Enquanto isso já está aqui enfim.

**O SR. \_\_\_\_\_** – Apenas para esclarecer, acho importante muitas pessoas têm me perguntado e falado sobre essa questão do prejuízo. Deixa eu tentar

esclarecer definitivamente isso.

Ocorreu uma ação que foi julgada em definitivo em 2015 desta dívida da São Paulo-Trans. Essa dívida em 55, 57 milhões isso foi uma dívida que já está julgado, não há mais recursos, nós temos que efetuar o pagamento dessa dívida. Esse valor deveria ter sido lançado no balanço de 2015. Por algum motivo que obviamente eu não sei, assumimos agora, isso não foi lançado. Esse prejuízo, repito, deveria ter sido lançado em 2015 e não foi. Nós fizemos uma auditoria pela Price Water House, a PWC contatou isso, nós lançamos isso no balanço de 2016, não porque a gente tenha qualquer outro motivo a não ser cumprir a lei. Nós somos obrigados pela lei das S.As a lançar isso e não foi lançado em 2015. Então, nós lançamos até porque junto à Bovespa fomos obrigados a fazer isso.

Só para deixar claro uma coisa, mesmo não lançando esse prejuízo, nós teríamos algo como 20 milhões em prejuízo e o prejuízo acumulado da empresa são de 250 milhões de reais. Precisamente 248, ok. O prejuízo acumulado da São Paulo-Turis é de 248 milhões de reais. Se fosse uma empresa que não pertencesse à Prefeitura nós já estaríamos insolventes. Só para deixar claro que, quando nós falamos o prejuízo, primeiro, somos obrigados por lei a lançar os 57 da São Paulo-Trans. Não foi lançado em 2015 não sei porque.

Em segundo lugar, mesmo que não houvesse essa dívida, o nosso prejuízo é de 248 milhões. Isso em balanço, portanto, é uma empresa insolvente, daí a necessidade de se fazer a venda para que alguém capitalize essa empresa e siga em frente.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** - Primeiro, Secretário, fica aqui um apelo para que a licitação da empresa que vai fazer a avaliação não seja instituição financeira. Elas são da confiança do BACEN e não tem a confiança de nenhum dos 55 Vereadores desta Casa, se é que posso falar de todos, mas se não é nenhum é de 50 e tantos Vereadores da Casa. Nem (palavra ininteligível) das instituições financeiras paga ao município tanto é que tem uma CPI

para investigar isso. Portanto, não são da nossa confiança. Nós teríamos que mudar o processo de licitação de quem vai fazer essa avaliação.

Há uma preocupação grande e nós vamos fazer essa consulta oficial à Secretaria de licenciamento e ao comando da Aeronáutica. Se tem um milhão de metros quadrados de área a ser construída aqui com coeficiente de aproveitamento computável, eu tenho que verticalizar, não tem para onde construir. A pergunta é: eu vou ter que suspender a aviação de asa fixa no Campo de Marte porque a portaria que rege o gabarito da região é o Comaer, é de 2015, eles tiveram a indelicadeza de durante o processo de votação da lei de zoneamento sequer falar com a Cidade e também de atender telefone. E aplicaram a chamada área interna de eixo, que é exatamente na mesma linha do Anhembi. Deixou a história do cone de aproximação, que era de 87 e fizeram a portaria que não tem lastro legal, porque o Código Nacional de Aeronautica é de 86 e ele foi depois suprimido pela Constituição de 1988., que deu para nós o direito de legislar sobre o uso e ocupação de solo.

Está absolutamente regular essa portaria, se quiser derrubar na justiça, não tem dificuldade, mas se formos permitir essa construção eu não tenho dúvida que nós vamos ter de interromper as atividades de voos com asa fixa no aeroporto de Campo de Marte para verticalizar essa área. Aliás, já era uma ameaça para o Arco Tietê. Nós alertamos várias vezes o Governo anterior de que estávamos fazendo um belíssimo de um projeto para a região Norte, mas com essa situação, há áreas em Santana onde o gabarito é zero. Estou com o mapa aqui todo desenhado em vermelho, onde não pode construir nada e começa por Santana. Casa Verde é atingida, portanto, temos que tomar cuidado com isso. Eu gostaria de saber como é que está sendo tratada a situação de verticalização nessa área.

A outra situação, aquele terreno, temos que discutir eventualmente pode ser incorporado como aumento de patrimônio a São Paulo Turis, mas é também um bom momento para o Município repensar aquilo. Porque não o terreno ser destinado a habitação de interesse social, já que isso aqui é grande polo gerador de empregos e de trânsito.

Até hoje o Anhembi não tem o Trade. A empresa foi criada na Bolsa de Valores e fico feliz de saber que está sendo encerrada na Bolsa de Valores. Em 1967 o (palavras ininteligíveis) Alcântara Machado juntou dois mil empresários para a construção desse Anhembi com dois mil empresários que voluntariamente se juntaram foram a Bolsa de Valores e participaram dessa vaquinha para construir esse extraordinário espaço que São Paulo teve durante muitos anos.

Qual é a situação que envolve o tombamento? Esse projeto foi assinado pelo ex-Secretário que muito nos honrou aqui na Casa inúmeras vezes aqui com sua presença, Jorge Urriaire (?). Esse projeto é de 1967. E o que tem aí para ser tombado? Está tombado o estacionamento, nada. Só mesmo o teto, a forma geodésica, aquilo que foi tratado no teto em alumínio, aquilo era realmente uma novidade naquele momento. Hoje não. Aí, Secretário, eu vou passar, nós tivemos uma briga que foi muito grande durante a lei. Houve uma resolução do Compresp, quando aprovaram a lei de 2004, do zoneamento, foi feita uma listagem dos perímetros, era tudo escrito, das áreas a serem tombadas, ou apreciadas pelo Compresp.

E ficou parado até que o Compresp publicou uma portaria, da qual o Vereador Donato tem falado, a Resolução Compresp 26/2004, que trata essa área como uma área a ser tratada por aquele órgão para ver se entrava no patrimônio cultural da Cidade. O Compresp não fez nada com essas áreas, e ficou congelada a atividade privada e pública de 2004 até agora. na Lei de Zoneamento, tínhamos uma única chance: obrigar o Compresp a apreciar aquilo que ele não fez em 2004.

Há uma republicação, Secretário, que eu quero passar às vossas mãos, do próprio Compresp em que ele se auto obriga a resolver tudo até dezembro de 2006. Passaram-se 11 anos e eles não apreciaram o processo. Se o mico é nosso, imaginem na atividade privada, onde há pessoas hoje pagando para ter imóvel tombado para o patrimônio histórico da Cidade existir. Até hoje não foi apreciado.

Portanto, aqui há a resolução e a republicação, que muitas vezes não é vista por

justamente se tratar de republicação, que aconteceu na Reunião de número 333 Extraordinária, de 21 de dezembro de 2004, quando estava terminando o governo Marta. Tinham que achar uma saída para isso; aí, se auto obrigaram a resolver. Como eles se auto obrigaram, nós colocamos na Lei de Zoneamento que eles têm 2 anos a partir de março de 2016 – prazo que termina em março de 2018 – para resolver tudo. Então, é uma obrigação do Conpresp resolver tudo. É um órgão extraordinariamente qualificado; precisamos é de dar munição a eles, informatizar, levar técnicos e tudo o mais.

Aqui, Sr. Secretário, nós colocamos o artigo 166, que garante isso. Se o órgão não houver apreciado até essa data, está automaticamente desenhado. Veja: estamos tombando uma área desse tamanho, e tombando estacionamento. Acho que, no texto da lei, temos de colocar que essa avaliação terá que ser posterior à decisão do Conpresp, porque esse terreno hoje é “bichado”. O que significa isso? Recebo todos os dias pessoas que vêm e me dizem: “Doutor, tenho um imóvel ‘bichado’, o senhor quando é que ele vai ser apreciado?”. “Não, vai continuar ‘bichado’”. ‘Bichado’ significa que ele tem um pedido de tombamento, mas não está tombado. “Posso derrubar tudo lá?": “Não, é crime”. Bom, sendo crime, não pode derrubar, não pode reformar, não pode fazer nada, tem que aguardar uma avaliação, que demora até 6 anos para ser apreciada. Portanto, essas são as nossas posições, mas a situação muito me preocupa, e gostaria muito de uma posição de vocês sobre como isso tem sido tratado com a Secretaria de Licenciamento e com o Comando da Aeronáutica em relação à verticalização dessa área.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Obrigado, Vereador Paulo Frange. Em seguida, ouviremos Ari Fernandes, da SPTuris. Logo após, Raimundo Pedro, também da SPTuris.

**O SR. ARI FERNANDES** – Bom dia, componentes da Mesa. Bom dia, Vereadores da Casa. Bom dia, colegas de trabalho que estão aqui presentes. Eu queria chamar a atenção de todos vocês, de toda a sociedade, principalmente do Secretário Municipal de

Desestatização e Parcerias, Wilson Poit, e do Secretário Adjunto de Gestão de Pessoas, Cláudio Costa, sobre o seguinte. Se já não bastasse a questão social que envolve os empregados, os 350 pais e mães de famílias que estão lá, chamo também a atenção para a questão técnica, da habilitação técnica desse pessoal.

São 350 profissionais pais de famílias, concursados, que passaram por concursos difíceis, alguns deles por uma concorrência da ordem de 1 mil candidatos por vaga. Hoje exercem atividades nas mais diversas áreas, sejam jurídicas, de RH *etc.*

Assim, chamo a atenção de vocês para isso. Trata-se de um corpo de funcionários altamente gabaritado, em cujo órgão o senhor teve a oportunidade de presidir durante quase dois anos, portanto conhecendo-os muito bem.

Chamo a atenção para que os Vereadores da Casa também notem isso e venham a prestigiar o princípio da eficiência da Administração Pública, pensando, inclusive, na realocação desse pessoal, porque esse pessoal não pode ser descartado dessa forma, são pessoas que durante décadas tornaram até hoje, apesar de todas as adversidades, o Anhembi operacional.

Então essas pessoas mostraram grande qualificação técnica e principalmente lealdade à Prefeitura, a SPTuris e lealdade à sociedade. Valores que talvez estejam até em extinção hoje em dia dado às notícias que vemos nos jornais de corrupção, nepotismo e outros. São pessoas altamente leais à Prefeitura.

Então eu pediria que essas pessoas fossem sim aproveitadas em outras áreas, não fossem descartadas, pois prestigiando o princípio da eficiência tenho certeza que a Administração vai ganhar muito com esse pessoal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Tem a palavra o Sr. Raimundo Pedro, da SPTuris.

**O SR. RAIMUNDO PEDRO** – Bom dia a todos os colegas da SPTuris. Sou o

Raimundo do Conselho de Representação dos Desempregados e estamos representando 350 pais e mães de família que acreditamos não podem ser jogados ao léu.

Os colegas me perguntam: e aí, Raimundo, vou continuar pagando a escola do meu filho, como é que fica o meu aluguel. Será que a Prefeitura vai ter esse cuidado com o social ou só vai ter o cuidado com o financeiro, com o dinheiro. Como dissemos para alguns colegas, não podemos ser vendidos como um pedaço de terra ou pedra. Acredito que o Prefeito tem essa consciência do social, 120 pais e mães de família, gente.

Vamos ter um pouquinho mais de cuidado. Quem manteve a empresa em pé foram os funcionários. Se hoje a empresa vale quase 5 bilhões de reais é porque os funcionários também ajudaram. Não é possível a Câmara Municipal, a Prefeitura virarem as costas para os funcionários nesse momento.

O que estamos pedindo não é favor. O que estamos pedindo é o reconhecimento da Casa. Por favor, senhores. A gente até tem a intenção de entrar com um substituto, uma emenda, a gente gostaria que os senhores Vereadores abraçassem a causa juntamente com a Prefeitura. É isso que os funcionários querem: pleito único, transferência dos funcionários.

Muito obrigado.

**O SR. MARIO COVAS NETO** - Presidente, só para dizer o seguinte, essa Comissão de Empregados da SPTuris já está correndo na Casa com uma emenda propondo exatamente o aproveitamento desses funcionários em outros órgãos da Administração Pública.

Então aqueles Vereadores que quiserem aderir a essa ideia, acho que é conveniente, a gente acaba inserindo isso no projeto e resolve o pleito desses empregados. Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Obrigado, Vereador Mario Covas. Vamos ouvir o Vereador Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Presidente e todos que nos acompanham, vou bastante breve. Ontem assinei a emenda de autoria do Vereador Mario Covas, depois de um

longo diálogo com um grupo de funcionários da SPTuris que vem dialogando com os Vereadores aqui na Casa e acho que essa deve ser uma batalha de todos. E, portanto, todos têm que ter uma preocupação com quem vai ser o responsável pela política pública de turismo que a Cidade vai ter na consequência de uma privatização da SPTuris.

Mas queria abordar um pouco o processo de privatização desses dois ativos importantes. E temos de olhar para a SPTuris com dois ativos. Um ativo é mobiliário, são as ações, elas estão na Bolsa, a detenção do poder majoritário é do Poder Público, mas temos outro ativo que é o imobiliário. E, portanto, a avaliação necessária a ser realizada para que se tenha uma resposta por parte da sociedade que tem interesse em comprar, entender a relevância dos dois. Um é um negócio que já existe e durante muito tempo teve a capacidade de atração para a cidade de São Paulo dos grandes eventos da América Latina. Temos de reconhecer primeiro isso. Então se existe um polo atrativo na cidade de São Paulo para atividades de turismo, muito foi feito pela Anhembi sucedida pela SPTuris.

O outro é o que se tem em uma terra pública que está efetivamente no eixo de desenvolvimento e assim foi reconhecido no plano diretor e na lei de parcelamento de uso e ocupação do solo, por isso recebeu um tratamento de ocupação especial. Então o que estamos dizendo desse ativo imobiliário? Definir os índices e parâmetros urbanísticos é mais do que definir a obrigação de uma PIU porque há limitações impostas pela própria legislação quando se fala qual o volume de terra pública que persistirá numa gleba de mais de 400 mil metros.

Então o plano diretor e a lei de parcelamento obrigam o parcelamento, definem o tamanho máximo que os lotes de uma gleba vão ter e, portanto, há uma resultante quando essa terra for privada do quanto desta área continuará pública. E essa avaliação e estas decisões são prévias - e aí concordar com o que foi falado pelo nosso Secretário -, mas a decisão da PIU não se reveste só de permitir ao setor público validar um projeto de intervenção urbana. Mas de orientar o desenvolvimento de um território que se solicitou a partir do momento de definição de uma zona de ocupação especial e o setor público seria protagonista

dessa decisão.

Então aqui é importante para entender a responsabilidade que nós Vereadores teremos naquilo que é a decisão estratégica de uma terra que é pública e que não tem orientação ainda de índices e parâmetros. O quanto a gente já sabe, pode ir até 1 milhão, mas esse pode ter uma distinção muito grande de como se pode isso. O como se pode isso tem que estar revelado por um espírito público e por um interesse público que a consequência dele é o investimento do agente privado. Estamos falando do terreno público mais valioso que o Município tem. E, portanto, todos nós somos donos disso.

E a primeira ação é fazer ter este valor estratégico. E quando a gente abdica de impor a ele o nosso valor estratégico quem perde são os nossos sucessores, os nossos herdeiros.

Vou passar mais dois slides e concluir. A gente está falando exatamente disso daqui. Ali a gente está macroárea de estruturação metropolitana. Então ela tem importância para a Cidade, mas tem importância para a metrópole, portanto, para os 39 municípios. E se tem importância para 22 milhões de habitantes tem importância para o Brasil inteiro. Não dá para afastar isso do território. Não fosse assim o principal ator de captação de energias mundiais para revelar coisas aqui em São Paulo não estaria ali. Só está ali porque tem essa importância. Faz sentido estar ali, fez sentido sair do Ibirapuera e ir para lá. Então é isso um pouco que temos de sempre lembrar. Está ali por uma questão estratégica. Não podemos perder essa condução pública da nossa ação estratégica.

Mas aí temos de interpretar o que a legislação nos traz. Ela tem uma conexão direta com o Campo de Marte. Passe o outro para vermos isso. A ZOE definida para ali não foi isolada de um resto. Se não, também não se entende porque tem ZOE ali. Tem ZOE ali porque tem uma integração direta. E aqui não estamos inventando. Já está decidido depois de exaustivos debates. Temos lá quase 2 milhões de m<sup>2</sup> que complementam a ação estratégica desse território.

Aqui para dizer que o valor a ser auferido, é mesmo, e vou discordar dos 5 bilhões anunciados pelo Prefeito, acho que vale mais. E vou lutar para valer muito mais do que isso. Porque daí dou valor para a Cidade. (Palmas)

Vou fechar com a preocupação que o Vereador Paulo Frange trouxe com muita objetividade, e vou discordar parcialmente do que ele faz. Para mim, quando conseguimos relevar e reconhecer a importância que parte do patrimônio tombado tem, é porque temos história e memória. Portanto, eu discordo quando perdemos quando a gente tomba. Nós ganhamos. Talvez não tenhamos conseguido construir os instrumentos precisos para valorizar a história, a arquitetura e os maciços vegetais que temos, por isso vira mico, por isso fica ruim. Quem sabe, um dia, comemoremos o tombamento porque eu estou num imóvel que importa a toda a minha sociedade, por isso ele precisa ser preservado para sempre. Esse debate ainda há que acontecer, não é?

---

Passa mais dois por favor, acho que é no próximo que tem... mais um, essa é área, aqui ó. Em congruência no texto. O texto diz que o Sambódromo está em processo de tombamento e o mapa que traz a Zepec-BIR inverteu o estacionamento para o tombamento. Então o mapa diz que é o estacionamento que está para ser julgado tombado ou não, e o texto diz que o tombamento cai em cima do..., mas o que importa é o que vem depois disso e o Paulo foi muito preciso. Vamos para o próximo.

O que temos ali? Temos um pedido de tombamento do Palácio de Convenções do urbanista Jorge Hay, a praça de paisagismo feita pelo Burle Marx, que já foi muito alterada e, por isso, perdeu muitas das características que tinha, e tem um estacionamento onde está incluído o Sambódromo e o projeto do hotel que é diferente daquele que, originariamente, foi concebido.

Só estou falando isso porque se, de fato, vamos tomar uma decisão importante para a Cidade que é vender um ativo imobiliário e vender o ativo mobiliário a maior responsabilidade que os 55 Vereadores tem é buscar o real valor. E buscar o real valor é

proteger a sociedade.

Então quero colocar uma preocupação muito grande que a nossa legislação que sair daqui, para permitir, ela tem de ser muito precisa na forma com que estabelecer o que pode e como pode ser ali edificado qualquer coisa. Qualquer coisa, por uma questão estratégica. Estratégica do valor que vai se capturar e estratégica do interesse público que aquela área pública ainda tem. Depois que ela deixar de ser pública, aí é só o interesse privado, mas se tiver orientado pela lei, temos as garantias dela continuar exercendo a função pública no desenvolvimento da Cidade, porque a lei assim o definiu.

Assim eu ofereci, vamos para o último slide, uma proposta de emenda e é com ela que eu fecho que vai tratar... vamos para o próximo. Ah, aqui é a revogação do decreto que transferir o Anhembi, o Anhembi não, o Autódromo, então não estou inovando, mas aqui vamos definindo os percentuais e, portanto, vamos reduzindo a participação do agente privado na decisão estratégica daquela área pública. A decisão estratégica daquela área pública tem de ser tomada pelos Vereadores, a consequência disso é o investidor privado seguindo as nossas orientações e lá realizar suas intervenções. Então é isso que eu quero trazer como oferta, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Vamos ouvir o Sr. Marco Aurélio Silva, da SP Turis e, em seguida, o Secretário Poit fará alguns destaques dentro daquilo que ele já ouviu.

**O SR. MARCO AURÉLIO SILVA** – Obrigado aos Srs. Vereadores, obrigado, sobretudo, aos colegas da São Paulo Turismo, nós que estamos aqui e como falamos: brigando, no bom sentido, pelos nossos empregos, nossas famílias e nossa dignidade e pelos mês e anos de estudo que tivemos para chegar ao emprego público.

O Sr. Barione falou para nós, numa reunião semana passada, que estávamos fazendo uma bíblia. Concordo muito nesse aspecto que é algo novo para a Cidade, mas gostaríamos que essa bíblia terminasse com o final que é, sou católico, mas para dizer que é a

ressureição de Cristo.

Começou não tão bem, infelizmente, antes desses 350 amigos que estamos ainda brigando, houve demissão de 16 colegas da segurança, que eu queria destacar aqui, mas que essa história, como temos comentado, também de fato com esse apoio que temos recebido desta Casa, dos colegas Vereadores – quero destacar a figura do Mario Covas Neto e José Police Neto -, assim como tantos outros que estão acolhendo os representantes dos empregados, bem como os próprios empregados e também as nossas preocupações. Claro, devo mencionar o Vereador Paulo Frange que conheço também.

O apelo é esse: primeiro, nosso emprego. Enfim, temos um crachá onde consta Prefeitura de São Paulo, onde está a dignidade e o respeito de empregados que, com certeza, fizeram como o José Police Neto disse: chegaram em torno de 5 ou 6, o Ari falou, bilhões, foi muito graças ao nosso trabalho.

Então o que essa Casa, e a gestão, sobretudo, possam estar atentas ao verdadeiro valor do Anhembi. Não somente o valor, como foi dito, o valor mobiliário, mas aquele que está além, o que não tem preço, não só o nome do Anhembi, mas as pessoas que fazem parte dessa obra.

São apenas dois apelos, a atenção ao valor do Anhembi e, sobretudo, nossas famílias, somos 350 empregados que fizeram esse Anhembi acontecer e, com certeza, na Prefeitura, farão acontecer muito mais para a Cidade ficar cada vez mais bonita e mais importante. Esses colegas fizeram o Anhembi até hoje. Orem por ele, orem por nós. Obrigado.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Obrigado Marco Aurélio. Sr. Wilson Poit, por favor.

**O SR. WILSON POIT** – Obrigado. Rapidamente, anotei todas as questões, vou com mais tempo, depois, conversar com os Vereadores também, e queria dizer para o Vereador Paulo Frange que já estamos respondendo aos questionamentos do Tribunal de Contas e

poderemos, sim, ter a contratação de uma assessoria não instituição financeira, para dar uma ampla e mais aberta oportunidade de concorrência para a Fase 1 e a Fase 2.

Quanto ao Campo de Marte, estamos atentos a isso. Não impede a verticalização, até porque já temos o hotel lá e já temos um gabarito. Estamos um pouco fora do cone de aproximação, mas corre em paralelo, com isso, um acordo do Governo João Doria com o Governo Federal, que já desmobiliza uma parte do Campo de Marte agora e até o final do ano que vem temos todos os indicativos de que se torne o quarto maior parque de São Paulo e apenas com presença de helicópteros.

O TRAD, que é o Termo de Recebimento e Aceitação Definitiva é um dos documentos que acho, há 12 anos, o Anhembi persegue esse documento. Temos alguns indicativos, estivemos com o João Otaviano antes, da CET, com o Avelleda, temos outros documentos sendo recebidos e vamos ter de completar tudo isso para fazer a negociação.

Agradecer o apoio, as palavras do Conpresp, sobre essa questão dos 11 anos de que ainda bem que no plano anterior estabeleceu, agora, uma data. E lhe garanto que sim, a avaliação será feita após a decisão do Conpresp.

Mais uma vez agradeço as sugestões, inclusive sempre com apresentações, do Vereador José Police Neto, e como alguns companheiros da SP Turis disseram aqui, estamos vendendo muito mais do que um ativo imobiliário, do que um ativo mobiliário, mais um *goodwill*, na linguagem de quem faz esse tipo de negócio, estamos vendendo o futuro, não queremos vendo o presente, mas todo um potencial daquele área e vamos aceitar, sim, todas as contribuições como o Vereador disse, além de um *pill*. Estamos falando de outros parâmetros urbanísticos.

Vereador Antonio Donato, gostaria só de aproveitar, me perdoe, se talvez eu estiver equivocado, mas pelo que eu entendi, durante minha passagem de SP Turis e até hoje, do PAC, o dinheiro vem, por exemplo, para a Prefeitura, ele vem sim só depois que a Prefeitura manda um projeto para receber o dinheiro, não é o caso da SP Turis, que não é uma empresa

da Administração Direta, mas Indireta. O pouco dinheiro que veio foi para as coisas urgentes, reformas de banheiros. Ele foi todo utilizado, foi muito pouco, o restante dos recursos não nos chegaram e que eu saiba não dependiam de projeto que partia da gente, mas que foi apresentado anteriormetne.

Quanto às colocações do Ari, do Raimundo, do Marco Aurélio, acho que o Vereador Mario Covas Neto já endereçou aqui, que é uma preocupação da Casa, apesar de ser uma empresa S/A e se reportar à Bolsa, nós temos um ativo – e eu sou testemunha do valor – de todos esses funcionários, acho que a Casa está se preocupando já e vocês podem procurar também os Vereadores para constar uma emenda, ou de garantia para alguns, ou de recolocação no setor público.

Queria também que o Claudio Costa, acho que quer dar uma palavra sobre esse ponto, dos funcionários, por estar também afeito à Secretaria de Gestão. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Vereador Antonio Donato, ele pediu.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Não, não, mas se quiser colocar antes.

**O SR. \_\_\_\_\_** - Só queria cumprimentar a todos, boa tarde aos Vereadores, colegas da SP Turis, meus colegas da gestão. Queria só reforçar que há algumas semanas, o Raimundo, o Ari, o Cordeiro, o Marcos, estiveram reunidos com o Conselho de Representantes de Empregados da SP Turis comigo lá, na Prefeitura, e com alguns colegas da direção da Sp Turis também, justamente para endereçar a necessidade de como apoiar o processo de integração dos funcionários da SP Turis na Administração Direta.

Estamos já com alguns estudos sendo feitos, precisamos do apoio da Casa para elaboração de emendas, para dar a possibilidade de lei, a possibilidade legal de um algum tipo de absorção. Hoje, como todos sabem, não temos esse dispositivo.

Então deixo aqui também uma mensagem positiva aos nossos colegas. De fato, a SP Turis tem um quadro muito qualificado e nós queremos, de toda a forma, ajudá-los e apoiá-los nesse processo de transformação da SP Turis num negócio de muito valor para a Cidade.

(Palmas)

**O SR. ANTONIO DONATO** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Pela ordem, Vereador Antonio Donato.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Queria fazer uma sugestão, já que estamos todos de acordo que é necessário se preocupar com o quadro de funcionários. O Artigo 4º do substitutivo do Governo fala o seguinte: “As atividades de promoção do turismo e a realização de eventos culturais, artísticos e religiosos, na cidade de São Paulo, atualmente exercida pela SPTur passarão, com a sua desestatização, a ser exercidas por Secretaria do Turismo ou por empresa pública a ser criada para esse fim”. Primeiro eu acho muito difícil fazer a integração de funcionários de uma empresa na administração direta. Só por concurso público. Isso é pacificado. Agora se a gente colocar aqui: “a ser exercida por Secretaria de Turismo e por empresa pública, a ser criada para esse fim”, e essa empresa, sendo herdeira, herdando o quadro de funcionários da SPTur, expondo aqui, eu acho que aí é possível, só que a gente tem que mandar um projeto de lei, criando essa empresa e fixando que o quadro de funcionários da SPTur passa a ser assumida por essa empresa. É isso que eu queria propor. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Eu sou Presidente da São Paulo empreendedorismo, que é São Paulo sustentabilidade do trabalho dos empreendedores e das empreendedoras da cidade de São Paulo. Primeiramente, perguntar(?) aqui duas perguntas para o Poit, mas eu vou, cheguei uma fala, que é interesse da Cidade. O Presidente desta Casa aqui, o Milton Leite e o Vice-Presidente, num evento que ele estava com o Geraldo Alckmin e o Temer, inclusive na audiência pública no Campo de Marte... Disseram que fizeram uma (inaudível) aqui, na Cidade, para me perseguir. Através do Presidente da República, com o Michel Temer e o Geraldo Alckmin. E esse dinheiro seria rateado entre Vereadores do PSDB, do PMDB e demais partidos aliados à base. Vamos dizer, do Doria. E, num acordão macabro, objetiva impedir as nossas atividades aqui, na cidade de São Paulo. É que o Doria, junto com o Vice-Prefeito... Roubariam

15 bilhões, mais de três bilhões de cada orçamento junto com esses Vereadores... E o Presidente do Tribunal de Contas... Mas eu quero dizer bem a esses dois (inaudível) do dinheiro público, são dois covardes que têm aqui, na Casa, que, nas páginas do meu dicionário não tem a palavra medo. Tem a palavra, está escrito: coragem, trabalho e determinação. Inclusive a cidade de São Paulo, ela desenvolve, vamos dizer, várias ações aqui em cima da minha tese, mas isso aí, eu vou ao Ministério Público, tanto do Estado, lógico, (inaudível) Polícia Federal, porque (inaudível) além de ser um ladrão de (inaudível) verdadeiro vagabundo, porque quando eu denunciei aquele canalha e os comparsas dele há dez anos atrás, a Casa caiu, e ele e os comparsas dele não têm condições, vamos dizer, de falar mais grosso comigo, porque são (inaudível) na frente do povo. Então, eu não tenho medo, não tenho medo dessa corja. Está ouvindo, Milton Leite? Diz que é ligado ao (inaudível) não sei o que mais, mas não tenho medo. Vou botar para quebrar e vou denunciar de agora em diante.

Agora vou fazer as perguntas para o Poit. A minha preocupação, vamos dizer, é, se numa empresa, vamos dizer, São Paulo hoje, vamos dizer, só o esporte, vamos dizer, com indústria do esporte e o turismo, o esporte, ele gera hoje quase 25% do PIB da cidade de São Paulo. (inaudível) é um turismo com 12,6 e a Cultura com 8,6. São mais de três mil eventos realizados aqui durante o ano. Só esses eventos, fora, vamos dizer, a indústria, ele gera mais de 100 milhões aqui para o PIB aqui da cidade de São Paulo, e se uma empresa vier a ganhar, vamos dizer, vai ser privatizada, a minha preocupação é a seguinte: Vão demolir(?) com... Eles podem até demolir(?) com o Sambódromo, tudo que tem é porque é uma empresa. Eles ganharam, acabou, e agora eu apresento, vamos dizer, um plano “B”.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos) – Laerte.**

**O SR. LAERTE BRASIL –** Só encerrando. Nas audiências públicas, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, eu apresentei uma tese, que está na lei, que é as cotas ambientais, e na lei do PDE, são as cotas de solidariedade, vamos dizer, solidariedade, vamos dizer, o privado, ele destina 10% da sua área para habitação.

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Está bom, Laerte.

**O SR. LAERTE BRASIL** – social. Eu queria ver se era possível incorporar, vamos dizer, nesse projeto, a lei de, das cotas de solidariedade e as cotas ambientais.

É o que eu tinha para dizer.

Obrigado aí pela palavra. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Tem a palavra o Sr. José Daniel Monteiro Moreira, da SPTur.

**O SR. JOSÉ DANIEL MONTEIRO MOREIRA** – Bom dia a todos. Parabenizo a audiência pública que está se realizando. É necessária. Temos a complexidade do tema, e uma só estamos vendo que não bastará para a gente exaurir as diversas questões que estão sendo apontadas e levantadas pelos nobres Colegas aqui que fizeram uso da palavra e pelos nobres Vereadores.

A primeira coisa, aproveitando a fala do Vereador José Police Neto, S.Exa. diz sobre a questão do PIU. Então, o interesse público é que tem que pautar a vida da Cidade. Eu acho que é um pressuposto. Não é fazermos, entregarmos todo o patrimônio da Cidade, para que o interesse particular depois vá orientar o interesse coletivo. Então, nós temos aí que ter em vista esse norte do interesse público, que deve pautar um plano estratégico de desenvolvimento da Cidade, o que vai ser melhor para a Cidade daqui a 20, 30 ou 40 anos, e não darmos, de repente, um tiro no pé, de forma precipitada.

Nesse sentido, eu quero destacar os vários serviços que o Anhembi presta. Não é só o turismo. Nós desenvolvemos a política de turismo na cidade de São Paulo há anos, há décadas. Quem assumiu o custo de toda política de turismo, em boa parte dos anos, foi o próprio Anhembi, a receita gerada pelo Anhembi, que é receita privada. Temos outro aspecto, que é a questão de eventos na cidade de São Paulo. Alguns números a gente tem aqui. Só de eventos na cidade de São Paulo, temos os seguintes números: Em 2015, foram feitos 1.817 eventos na cidade de São Paulo. Em 2016, 1665. São alguns números. Que eventos são

esses? Virada Cultural, Réveillon na Paulista, Parada LGBT e os mais diversos eventos, desde a comunidade na periferia da Cidade, nos vários rincões da Cidade. Então, a empresa tem um caráter social de organizar, com segurança, qualidade, os eventos na Cidade; e isso acumulou, ao longo do tempo, uma *expertise* nos seus quadros de funcionários. Então, nós estamos colocando, em jogo, não só a questão do imóvel, da propriedade, mas vários interesses públicos subjacentes, que são importantes serem levados em consideração, para realizarmos as melhores escolhas.

O terceiro tópico é a questão mesmo da locação do espaço, que gera receita. Há alguns dados. Nós temos de eventos que foram realizados da Prefeitura usando os espaços do Anhembi, de 2009 a 2016, se fossem pagar o valor cheio dos eventos que lá foram realizados nos equipamentos do Anhembi, seriam em torno de 190 milhões de reais. Foram pagos 33 milhões. Isso gerou uma economia aos cofres. Então, podemos dizer que se hoje o Anhembi tem um *déficit* de 200 milhões é porque, em boa parte, as políticas públicas da cidade de São Paulo foram suportadas pelo capital gerado do meio privado do Anhembi. Isso gera uma economia do imposto do cidadão.

Depois a gente protocola um documento com mais informações, para ajudar a análise dos Vereadores. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Souza Santos)** – Passo a presidência dos trabalhos ao nobre Vereador Mario Covas Neto.

- Assume a presidência o Sr. Mario Covas Neto.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Obrigada, Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas

Neto, pela palavra. Em seu nome, quero cumprimentar todos os Vereadores da Casa. Em nome do meu Colega e amigo de partido NOVO, o Sr. Secretário Wilson Poit, quero cumprimentar todas as pessoas do Poder Executivo, aqui representadas nesta Mesa. Quero cumprimentar todos os funcionários aqui da SPTur, cidadãos que nos acompanham e cidadãos que ocupam aqui democraticamente as cadeiras desse auditório, para participar e contribuir com esse importante projeto. Hoje nós estamos aqui para falar da privatização da SPTur e do Complexo Anhembi, que são medidas fundamentais para o avanço da cidade de São Paulo.

Quero começar o meu discurso cumprindo o Sr. Prefeito João Doria, pela decisão acertada. Privatizar em vez de conceder foi uma decisão acertada e ousada. São Paulo precisa de ousadia para se desenvolver. São Paulo precisa de ousadia para chegar a outro patamar, o patamar do desenvolvimento. A Cidade que é a chave do PIB do Brasil não pode ficar atrás dos maiores países do mundo, das maiores cidades do mundo, sendo a terceira maior cidade do mundo. Então, assim eu começo cumprindo o Sr. Prefeito, pela decisão acertada, porque a Cidade tem muitos desafios. Uma das bandeiras do meu mandato é a primeira infância. Na primeira infância, lembra-se logo de creche. Hoje não preciso aqui dizer muito sobre o alto *déficit* de creches que hoje a cidade de São Paulo tem. Nós não temos por quê? Porque faltam recursos. Então, não faz sentido a gente focar no Complexo do Anhembi, em eventos numa política de turismo, quando o essencial para a dignidade das pessoas da cidade de São Paulo não é garantido.

Em contraponto, eu quero aqui cumprimentar, vocês, funcionários que vêm aqui democraticamente, estendendo faixas e ocupando a tribuna, pedindo que os Vereadores se preocupem. Afinal de contas, vocês também têm família. Afinal de contas, vocês também têm um compromisso, mas uma coisa não inviabiliza a outra. A gente está aqui para encontrar um diálogo, um caminho, que, de fato, valorize o trabalho de vocês, dos funcionários que se dedicaram. Afinal de contas, por muitos e muitos anos, São Paulo teve o seu PIB valorizado e ali, como o Vereador José Police Neto fez questão de destacar, é o terreno público mais

valioso da Cidade, muito pelo trabalho de trabalho vocês. Então, eu acho muito importante, mas uma coisa não pode inviabilizar a outra.

Quanto ao processo de tombamento, como o Sr. Wilson Poit trouxe aqui, é um processo que se iniciou num outro zoneamento, num outro plano diretor. Eu acredito até que há necessidade de se rever isso, e a gente está realmente aqui esperando qual será a decisão do Conpresp. Não faz sentido se tomar qualquer decisão sem a decisão do Conpresp. Então, é importante que a gente tenha isso em mente, porque o turismo é importante para a Cidade se desenvolver, mas se deve desenvolver o turismo por meio do empreendedorismo do setor, fomentado pelo Estado. Então, não cabe à Prefeitura tomar as rédeas de uma organização de eventos, mas sim apoiar o desenvolvimento de uma política de turismo. O custo anual da manutenção do Anhembi é de 33 milhões. A gente fala de um prejuízo do ano passado de 68 milhões. Se insistirmos – eu quero aqui fazer um contraponto, com todo o respeito à qualidade técnica do Vereador Police Neto – mas não acho que o Anhembi... Eu não defendo o tombamento do Anhembi, porque hoje o que acontece com o Anhembi? Por que hoje está se dizendo que há o entorno do Anhembi? O Anhembi hoje é um complexo abandonado, o esgoto não funciona, não tem ar condicionado, então, virou um sucatório cheio de goteiras...

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – O bem fica congelado enquanto essa decisão não vem.

Então, hoje está desvirtuado...

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Eu comecei a fala valorizando o trabalho de vocês. Vocês não representam isso, estou dizendo que o trabalho de vocês representa a história da cidade de São Paulo e tem um valor.

Agora, o que estamos falando é do ativo imobiliário. Estamos falando do complexo, que precisa de investimento, de reformas, que não dependem de vocês e que não faz sentido o dinheiro público ser usado para isso. e que precisamos modernizar a cidade de São Paulo. São

Paulo precisa estar no patamar das maiores cidades do mundo como é a a terceira maior cidade e precisamos avançar.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Por favor, há a oportunidade de todos falarem, basta se inscrever. Não podemos fazer um debate dessa forma, por favor. Vamos garantir a palavra da Vereadora, peço apenas que encerre o quanto antes para dar a oportunidade de os outros também falarem. Faltam dez minutos para encerrar o horário regimental, Vereadora.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Para encerrar, gostaria de trazer ponderações sobre o PIU. O PIU reduz o número de funcionários, de interessados na venda do Complexo Anhembi e digo por que. Porque o PIU não vai determinar aumentar, pois existe já dentro do projeto o respeito ao potencial máximo de construção, ou seja, um milhão de metros quadrados. Há um processo de omissão da certidão de diretrizes pela CET e é um parecer claro de que não precisará de obras adicionais.

Então, temos de destacar que quando temos no Plano Diretor essa determinação estamos falando de uma norma de eficácia contida. Ou seja, ela já produz o efeito necessário para que isso aconteça. Então, não faz sentido delimitarmos qualquer sentido no sentido de reduzir, inviabilizar o potencial de investimento que a cidade de São Paulo tem para receber. E se alguém aqui conhece algum interessado que faça com que esse imóvel faça cinco bilhões...

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Vereadora, por favor.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – A Secretaria de Desestatização está interessada. Então, precisamos abrir o diálogo, lembrar, inclusive, que o TCM é um braço fiscalizador da Câmara Municipal de São Paulo e deve funcionar assim, como um braço auxiliar e não como um paralisador da Cidade, assim como, por exemplo, aconteceu atrás com a PPP de iluminação pública. Hoje é um exemplo para o mundo todo, inclusive para outras cidades do Brasil, mas

não foi implementado no Município de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Vereadora Janaína, peço que encerre.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Assim encerro o meu discurso, agradecendo a fala, ao Presidente Mario Covas.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra a Sra. Angelina Gaúna, da SPTuris.

**A SRA. ANGELINA GAÚNA** – Boa tarde, senhores, senhoras, Presidente da Mesa, Presidente da São Paulo Turismo, Vereadores, colegas, cidadãos, vim aqui como uma representante feminina da São Paulo Turismo. Ninguém me nomeou, mas eu percebi que nenhuma mulher veio falar em nome dos funcionários, então eu vim para isso.

Apenas respondendo ao que foi falado sobre tombamento, para quem já teve oportunidade para fora do país, é muito bonito, é muito agradável você ir para Roma – eu não fui para Roma, mas, enfim, já conheci outros lugares – mas, é muito agradável conhecer outros lugares em que se olha para a arquitetura, para a cidade e aqueles bens são tombados, respeitados e mantidos sim pelo Poder Público, muitas vezes pelo poder privado, mas uma boa parte pelo Poder Público. Então, o Poder Público tem sim a responsabilidade de preservar a sua história.

Como eu disse, vim como funcionária representando as mulheres, concursada há nove anos. Vim de uma grande empresa, de uma multinacional para essa empresa que escolhi e me acolheu e que tem me dado a oportunidade de aprender muito.

Em contrapartida essa empresa tem o meu total comprometimento e eu visto a camisa. Assim como eu, outros demais, todos os que estão aqui e os que não puderam vir por causa do horário da audiência. Estou falando de profissionais altamente qualificados de diversas áreas. Não vou conseguir falar todas, mas vou citar algumas: infraestrutura, engenheiros, arquitetos, manutenção, jurídico, financeiro, administrativo, operadores, analistas, recursos humanos, marketing, vendas, especialistas em eventos e turismo, comunicação,

segurança, saúde, apoio, e muitos outros.

Assim como esses profissionais têm contribuído com a empresa e com o Município ao longo da história de mais de 45 anos do Anhembi - temos inclusive empregados que têm quase esse tanto ou até mais de 40 anos -, eles podem continuar contribuindo com o Município.

Nós não sabemos qual o modelo proposto, mas este é o momento de definir e que depende da boa vontade dos senhores, que vão definir o futuro dessas famílias. Assim como tem sido feito levantamentos dos potenciais do patrimônio físico e apontadas as direções e caminhos para esse patrimônio físico, nós pedimos que sejam contemplados os caminhos positivos para o patrimônio humano da São Paulo Turismo. Que seja previsto um projeto de lei para que esses profissionais sejam absorvidos pelas empresas municipais já existentes ou as que venham a serem criadas.

Para que isso seja feito é necessário que seja inserida uma proposta pelo Executivo. Não basta que nós todos venhamos aqui falar e falar e repetir a mesma coisa, mas nós pedimos que isso previsto pelo Executivo, para que os funcionários realmente tenham uma razão de continuarem dando o suporte que a Cidade necessita.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. SOUZA SANTOS** – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu estaria inscrito para falar, mas a Vereadora Janaína teve uma bela fala e declino da minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Pois não, muito obrigado, Vereador. Há ainda dois Vereadores e outra pessoa para falarem e temos apenas cinco minutos. Peço, então, para que todos sejam o mais breve possível para que não ultrapassemos muito o tempo. Vereadora Adriana Ramalho, por favor.

**A SRA. ADRIANA RAMALHO** – Obrigada, Presidente Mario Covas. Cumprimento, na sua pessoa, todos os Vereadores e todos os presentes. Vou ser bem objetiva, como V.Exa. Pediu. Acho que também pelo fato de o Vereador Police Neto e o Vereador Paulo Frange

serem muito inteligentes e muito técnicos, pontuaram posições muito pertinentes e esclarecedoras.

A respeito do tombamento, como foi bem mencionado nesta tarde, pois já passamos do meio dia, a questão principal que eu vejo é a mudança que se teve do tipo de zoneamento, em 2004. Uma Zepec que, em 2016 foi sancionada, então, à ZOE. Isso muda os efeitos diretamente sobre a questão do tombamento. O processo tramitando no Conpresp está sendo já avaliado e o DPH com certeza virá com seu parecer técnico. São profissionais muito qualificados, com muita propriedade para poder destinar esse patrimônio.

Porem, algo que traremos à luz da discussão na segunda-feira em que estarei presente na reunião do Conpresp é justamente que esses efeitos sejam considerados no momento de fornecer, então, o tão esperado parecer. Isso é extremamente importante para a questão do plano de desestatização e para a privatização do Anhembi.

Sobre a questão que falamos do impulsionamento econômico através desse patrimônio e que vem em consonância com a política de turismo que foi dita aqui pelos empregados da SPTuris acredito que traremos para cá também um cunho empregatício muito importante.

Com a privatização do Anhembi, durante o período da construção, do empreendimento ou da edificação que será realizada, teremos uma grande massa de empregabilidade de operários que estarão nesse canteiro de obra e terão a oportunidade de um vínculo empregatício durante a construção.

Mas, além disso, após o término dessa construção, haverá uma margem muito maior de vagas de emprego com as possibilidades que já estão sendo ventiladas na mídia de construções nesse espaço. Então, acredito que na atual crise financeira, na crise econômica que estamos enfrentando é importante destacar que, além do turismo, estaremos impulsionando a economia, gerando emprego. E isso precisa ser muito bem pontuado e direcionado durante todo o debate em segunda votação desse projeto, que é extremamente

importante.

Quero também deixar registrado que sim, apesar de ser a favor da aprovação desse projeto, ser a favor da privatização do Anhembi, eu considero que também sou a favor de ser direcionado e pensado e mais debatido o futuro desses trabalhadores que hoje levam a gestão do Anhembi nas costas. E por que eu falo que levam a gestão do Anhembi nas costas? Porque já não é desconhecido por ninguém, principalmente pelos veículos de comunicação, que existem cargos fantasmas. Porém, desse numerário total temos de passar um pente fino e ressaltar e valorizar esses trabalhadores que por anos trabalharam em prol dos eventos do Anhembi. (Palmas)

Obrigada, Paulo, você é uma pessoa que me inspira. Além disso, para finalizar, porque sei que o meu tempo está acabando, três segundos, Presidente, vou ser bem pontual, bem objetiva. Quero pontuar duas questões.

Com a valorização desse terreno, dos complexos - como falamos do futuro, não é Vereador Paulo Frange – existe também uma valorização do entorno. Moradores com os quais já estou em contato estão felizes, pois pode vir um novo empreendimento que poderá valorizar o entorno do Anhembi. Isso é muito importante.

E finalizar dizendo sobre o Carnaval. Sou evangélica, concordo que os eventos religiosos devem ser preservados, mas a festividade do samba, do Carnaval também tem um cunho importante, um papel importante nesse cenário, haja vista que todos os envolvidos em todas as escolas de samba não realizam essa festividade apenas dois, três meses do ano, mas sim o ano **inteiro**. Essas comunidades sempre impulsionam projetos sociais que vêm trazer para a vida dos jovens, das crianças, uma oportunidade, não só de se ter uma cultura em sua vida, mas de trabalho. Isso precisa ser melhor estudado.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.**

Tem a palavra o Sr. Pedro Kirs.

**O SR. PEDRO KIRS – Boa tarde a todos.**

Eu sou o Pedro Kirs. Sou mestrando do curso de Ciências Políticas da PUC São Paulo. Como pesquisador dessa área e representante da sociedade civil, gostaria de pontuar alguns temas que já foram levantados, tanto pelo Vereador Donato, quanto pelo Vereador Police Neto, sobre a importância social, econômica e política do Centro de Convenções Anhembi, tanto do Pavilhão de Eventos, quanto do Sambódromo.

Sabemos que São Paulo é uma cidade enorme, de muita relevância, não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo. Então, esse processo de privatização, de entrega a particulares de uma área pública, de um lugar em que temos pavilhões de eventos que recebem, inclusive, eventos das Nações Unidas, da ONU,... Estamos entregando isso a um particular sem sabermos do projeto, sem sabermos o que ele fará daqui a cinco, dez anos. Uma área que está em processo de tombamento histórico, uma área que tem muito valor cultural agregado, muito valor social agregado. As pessoas reconhecem o Anhembi como um local de produção cultural, de produção econômica da cidade de São Paulo e do Brasil.

Outra coisa. Esse valor, mais ou menos estipulado, de cinco bilhões..., eu gostaria de trazer uns dados que, também, foram fornecidos pela própria SP Turis. O impacto econômico da feira de negócios, na Cidade, é da ordem de 16 bilhões por ano, sendo que 9 bilhões são de eventos realizados e os outros 7,5 bilhões, mais ou menos, são de serviços secundários de transporte, hospedagem e etc.

Então, quando vemos os dados de 70 bilhões, de 68 bilhões, inclusive discutidos no Orçamento, se esses valores são verídicos ou não, não confrontamos com outros dados, que são os dados do impacto econômico real trazido pelo Anhembi. Aparentemente, ele é deficitário, mas se olharmos esses números de 16 bilhões por ano, frente a uma privatização de 5 bilhões, este é um número três vezes menor. Será que vale a pena abrimos mão de um patrimônio da Cidade, de um patrimônio cultural, econômico, social, em nome de um valor imediato, que sanaria o tal déficit, mas que, a longo prazo, estaríamos perdendo uma coisa com muito valor agregado.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) –** Obrigado.

Para encerrar as inscrições, tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO –** Sr. Presidente, cumprimento a Mesa e parabênz o Sr. Secretário Wilson Poit, que participou de mais de 20, 25 audiências nesta Casa.

Não entrarei no mérito do projeto de lei, que já foi bastante discutido. Quero dizer o

seguinte: quando o Sr. Prefeito João Doria ganhou as eleições, S.Exa. tomou uma decisão política e estratégica. Eu vou citar apenas um dado. Eu estou, aqui, no meu sexto mandato. Na época da Ex-Prefeita Sra. Marta Suplicy, tínhamos 100 mil vagas deficitárias para as creches. E hoje nós continuamos com 100 mil.

Então, o Sr. Prefeito tomou uma decisão política estratégica, diria até radical, mas eu diria estrutural e moderna, que foi se desfazer dos bens e serviços que não atendem as políticas públicas principais – não estou dizendo que a Cultura não seja principal. Ao mesmo tempo, já parablenizo - também sou sindicalista – os empregados que vieram, aqui, lutar por seus empregos, e vocês que estão à frente da SP Turis, obviamente, estão tirando os cabides e emprego.

Mas o Sr. Prefeito tomou essa decisão. E compete a esta Câmara encontrar a melhor redação para poder atender os interesses da Cidade. E tomou essa decisão para quê? Para se utilizar desses recursos, desses novos aportes para destinar à Saúde, nós sabemos como está o estado da Saúde; à Educação, aqui se falou das 100 mil vagas nas creches; para o Transporte, 3 bilhões de subsídios; e para a Mobilidade. Subsídio é dinheiro público que pagamos para o sistema para que possa custear, inclusive, a gratuidade de vários setores. E a Mobilidade Urbana, sem falar da Segurança.

Essa foi a decisão estratégica, ao longo de um tempo de um Prefeito que tomou e decidiu fazer a reversão dessa situação nas principais políticas públicas da Cidade.

Aliás, quero parabenizar os Vereadores que votaram a favor, e mesmo os que não votaram a favor, mas que contribuíram para que aprovássemos, em primeira, com 37 votos. E aqui está muito claro – foi exigência até dos Vereadores de se inscreverem.

Bom, e o Turismo, vai acabar? Nós não vamos mais ter turismo na cidade de São Paulo? Vamos sim. Está no artigo 4º, que diz que as atividades do Turismo serão feitas ou pela Secretaria de Turismo ou por empresa pública a ser criada para esse fim. E é claro, o que vamos fazer com os funcionários públicos que estão trabalhando à frente? Vão deixar de trabalhar? Não. Mas compete a nós, aqui, sabermos como vamos tratar da questão dos funcionários que estão à frente e que vão continuar, conforme está escrito. Essa é a nossa questão objetiva.

É claro, qual é o grande problema aqui? O valor agregado do imobiliário e do mobiliário. Eu também acho que é pouco o valor de 5 bilhões, por conta até do PIU, da própria legislação de intervenção urbana. Eu acho pouco o valor de 5 bilhões, porque o valor agregado

incluir muitas atividades que podem ser feitas no local, e esse dinheiro tem de reverter para as principais políticas públicas. E é claro: o Turismo vai continuar dentro daquilo que já está escrito. Vai aprimorar o texto? Vai aprimorar.

Então, eu quero dizer, e aí, sim, para que se elaborem os estudos, para se saber o quanto vale. Até chegar à Bolsa de Valores, há um longo caminho, tem a questão do Conpresp, etc e tal, e isso, para mim, são questões agregadas, acessórias. Mas o principal é que encontremos um melhor texto para que possamos, então, fazer com que a decisão do Sr. Prefeito, em reverter essa situação caótica na cidade de São Paulo, seja feita.

Já parabeno a todos pela concessão do Pacaembu e as concessões de vários outros equipamentos. Temos, ainda, a concessão dos cemitérios, que exige muito debate, muito estudo, e a privatização, aí sim, do Anhembi e do Autódromo.

Mas acho que essa é a questão: a decisão estrutural, estratégica do Sr. Prefeito João Doria que, entendo, está no caminho certo.

Parabéns, Sr. Secretário, por participar.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito bem, não temos mais inscritos.

Já passarei a palavra ao Sr. David Barioni, Presidente da SP Turismo, para que faça as suas considerações finais.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Sr. Presidente, eu queria dar a minha contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Primeiro passarei a palavra ao Sr. Barioni...

**O SR. SOUZA SANTOS** – Mas o senhor não quer que ele encerre?

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Então, diga.

**O SR. SOUZA SANTOS** – Dentro da palavra do nobre Vereador Dalton Silvano, que trouxe essa questão, porque, veja bem, Poit, nós estamos com a CPI – e aí serve para os funcionários que aqui estão – da Feirinha da Madrugada. Na concessão dessa Feira, feita na administração passada, houve uma questão importante relativa aos funcionários, uma preocupação muito grande à época. E pelos artigos da concessão - nós sabemos de uma forma geral - dizem que os funcionários teriam preferência, seriam garantidos os seus empregos, os seus boxes, etc. e tal. E o Vereador Dalton falou de uma questão importante, pois acho que nós devemos assegurar - e vou trabalhar para isso - que esses funcionários que aqui estão, e não falo em questão de voto, vocês não são meus eleitores, não sei se de alguns aqui, eu não estou atrás de voto. Mas dada à situação do Brasil hoje, não podemos colocar ex-

funcionários na lista de desempregados, nesse hall e aumentar a estatística. Isso é importante, temos de cuidar disso. (Palmas) O Vereador Dalton Silvano foi feliz nessa questão.

Creio que daqui, da votação que tivemos agora dia 27 próximo-passado até a segunda votação, nós temos que cuidar dessa questão. Acho que V.Sa. deve deixar anotada essa questão para que possamos encontrar uma saída plausível para os nossos funcionários.

Muito obrigado!

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra o Sr. Barioni.

**O SR. DAVID BARIONI** – Obrigado. Também serei rápido. Quero dizer a vocês que, em primeiro lugar, sou a maior testemunha da qualidade dos funcionários, dos colaboradores da SPTuris. Tenho muito orgulho de fazer parte dessa equipe. Vocês, de fato, têm uma qualidade espetacular.

Conforme falei na minha abertura, fiquei muito feliz de ver, creio eu, que conseguimos evoluir tanto na parte do esclarecimento sobre a desestatização quanto em relação à fala do Vereador Mario Covas Neto. Eu fiquei feliz quando o Vereador citou a emenda que tem a intenção de proteger o emprego de vocês, o que seria muito bom.

Nós, diretoria da SPTuris, temos a obrigação de levar a empresa pelo melhor caminho à privatização, para ter um maior valor; mas também temos de olhar para todos os funcionários. Vocês sabem do meu empenho pessoal procurando – dentro da minha limitação – olhar e tentar fazer com que vocês fiquem amparados.

No mais, gostaria de dizer que numa venda da SPTuris, a Secretaria de Turismo ou o órgão que vier a ser criado, haverá muito mais tempo e condições de se dedicar à estratégia do turismo. Hoje na SPTuris talvez tenhamos 70% ou mais dedicados a eventos, à zeladoria, etc. e muito pouco ao Turismo. Sou muito favorável a que fiquemos como uma empresa de Turismo, com a Secretaria de Turismo pra que tenhamos mais tempo e nos dedicarmos ao Turismo.

No mais, quero agradecer ao Vereador Mario Covas Neto pela gentileza de presidir

a Mesa. Agradeço ao Presidente, aos Vereadores que compareceram, aos colegas da SPTuris; ao colega Poit, muito obrigado pela gentileza. Estamos à disposição para qualquer outra audiência que precisem da nossa parte.

Obrigado a todos.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) –** Agradeço a presença de todos.

Sempre uma audiência pública é enriquecida com ideias, com sugestões e é pra isso que ela serve. Serve menos para os Vereadores falarem e muito mais para a gente ouvir o que a população tem a dizer. Por isso o meu rigor com o tempo, o meu rigor com a Vereadora Janaina. Posso até ter sido indelicado, mas de público deixo claro que o objetivo do debate é ouvir a população aqui presente.

Temos a oportunidade em Plenário de fazer o debate entre os Vereadores e temos tempo pra isso. Portanto, aqui, quanto mais permitirmos que as pessoas falem, melhor para engrandecer a ideia do que se pretende fazer.

Gente, obrigado pela presença de todos.

Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a audiência pública.

(Palmas)

